

NO BRASIL A IGREJA LUTA PELA LIBERDADE DO POVO

—afirmou frei Bento Domingues na Universidade de Lisboa

«Esta é a forma mais actualizada de dizermos que Portugal continua ao lado dos irmãos brasileiros — afirmou Frei Bento Domingues, na Universidade de Lisboa, durante a sessão de homenagem à memória do padre Henrique Pereira Neto, assassinado pela polícia política brasileira, em 17 de Maio de 1967. Pereira Santos acentuou que a sua presença, ali, não era apenas de gratidão pelo muito que os antifascistas brasileiros tinham feito pelos antifascistas exilados portugueses.

No uso da palavra seguiu-se-lhe José Luis Nunes, que fez uma vibrante intervenção na qual repudiou a repressão que

se abate sobre o povo brasileiro e outros povos da América Latina, cujos governos recebem a bênção e o apoio de todos aqueles que se opõem ao socialismo e à liberdade.

A sessão foi promovida pelo Comité Português Pro-Amnistia no Brasil, e presidida pelo padre Alberto Neto, fazendo parte da mesa Pereira Santos, — director-adjunto do «Diário de Lisboa», Luis Meira, representante do Movimento dos Cristãos para o Socialismo, José Luis Nunes, representante do P. S., Miguel Urbano Rodrigues, director do matutino «O Diário», e Carlos Lage em substituição do presidente da Liga dos Direitos do Homem, Vasco da Gama

Fernandes, de quem leu uma mensagem de solidariedade ao acto que estava a efectuar-se.

CARLOS LAGE: VEMENTE ATAQUE AO IMPERIALISMO AMERICANO

Frei Bento Domingues, que no decorrer da sua intervenção anunciou, para a tarde de hoje, uma outra homenagem ao padre Henrique, a realizar na capela do Rato, por iniciativa de J. O. C., J. A. C., J. E. C. e J. U. C., diria que «enquanto aqui, na Europa, os padres progressistas são exceptuados, no Brasil, a Igreja está a organizar-se na luta ao lado do povo, pela liberdade desse mesmo povo», acentuando que, no fim de contas, «o povo cristão a organizar-se.»

Carlos Lage, deputado do P. S. pelo círculo do Porto, que antes de ler a mensagem de Vasco da Gama Fernandes fazia um breve mas vemente ataque não só ao Governo brasileiro mas também ao imperialismo americano salientando que na nossa luta não é só de solidariedade pela amnistia dos presos políticos brasileiros, é a luta contra as ditaduras e contra aqueles que exercem a opressão. Na sua mensagem, o presidente da Assembleia da República fazia votos «pelo bom êxito de todos os que, no Brasil, lutam pelos direitos do homem».

Falou em último lugar Miguel Urbano que historiou um pouco na luta antifascista no Brasil e pediu um minuto de silêncio em memória do general Torres, antigo Presidente da Bolívia e cujo corpo tinha sido ontem encontrado, assassinado por grupos terroristas de direita.

Durante a sessão foi ouvido um programa que intercalava por flashes as intervenções dos oradores, gravado por trabalhadores da Rádio Renascença. No final, após a passagem de esloides sobre a situação política no Brasil, actuaram o cantor Samuel e o Grupo In-
troito.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: SECRETÁRIOS GERAIS DOS PARTIDOS DEVEM FALAR NA SESSÃO DE HOJE

A Assembleia da República abriu ontem. Sem grandes pompas, por motivos de organização, mas nem por isso perdeu o significado facto bem comprovado quando todos os deputados aplaudiram do pé o presidente interino, dr. Vasco da Gama Fernandes, no momento em que este declarou solenemente aberta a primeira sessão da Assembleia da República.

Maria José Sampaio (C. D. S.) e Maria Amélia Azevedo (P.P.D.) secretariaram os trabalhos que ontem se limitaram à indicação dos elementos para a Comissão de Verificação de Poderes. Antes, porém, o presidente interino pronunciou algumas palavras que considero não serem uma simples frase, saudando os deputados, a imprensa e o pessoal da Assembleia.

DISPOSIÇÃO NA SALA AINDA E PROVISÓRIA

Conforme já deixámos dito ontem a disposição de lugares no hemiciclo é muito semelhante à da Constituinte, dispondo cada partido maioritário de sete lugares na primeira fila excepto o P. C. que cedeu um ao representante da U. D. P. Segundo Vasco da Gama Fernandes revelou na sessão inaugural, a disposição é ainda provisória — voltando a ser analisada em nova reunião com os representantes dos partidos.

Na sessão de ontem, à frente de cada uma das representações do P. S., P. P. D., C. D. S. e P. C. U. I. estavam os secretários-gerais dos partidos, ladoado pelos seus mais directos colaboradores. Assim, na primeira fila do sector do P. S., sentaram-se Mário Soares, José Luis Nunes, António Reis, Sottomayor Cardia, António Macedo, Carlos Lage e Manuel Alegre. O secretário-geral do P.P.D. por sua vez, estava ladoado por Fernando Roriz Cunha Leal, Pereira Júnior, Barbosa de Melo, Figueiredo Dias e Helena Rasteira. Na bancada do C. D. S., para além de Freitas do Amaral estavam Basílio Horta, Amador da Costa, Emídio Pinheiro e Sá Machado. Alvaro Cunha estava ladoado por Octávio Pató, Joaquim Gomes, Dias Lourenço e Carlos Brito. É de crer que os secretários-gerais dos partidos usem da palavra na sessão

de hoje, aproveitando os quinze minutos de que dispõe cada partido.

A COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PODERES APRESENTA HOJE O RELATÓRIO

Como já referimos, a sessão de ontem foi quase que exclusivamente destinada à designação dos elementos da Comissão de Verificação de Poderes. Inauguram-na, Alvaro Monteiro, António Macedo, António Arnaut, Godinho de Matos (deputados pelo P. S.), Cunha Leal, Rodrigues dos Santos, Olívio Franca (P. P. D.), Naranja Coissoró, Pinto da Cruz (C. D. S.), Lino Lima, Nobre de Gusmão (U. D. C.) e Acácio Barreiros (U. D. P.). Esta Comissão apresentará na sessão de hoje o seu relatório, usando de seguida da palavra o presidente interino e um representante de cada partido, sendo o primeiro o deputado da U. D. P. e o último o representante do P. S. A sessão de hoje encerrará com a designação da Comissão que elaborará o Regulamento interno; para esta Comissão, o P. S. indicará quatro elementos, o P. P. D. três, C. D. S. e P. C. dois, e a U. D. P. um, naturalmente. A Comissão de Verificação desta Comissão a Assembleia já voltará a reunir para discutir o Regulamento, quando estiver concluído o seu projecto.

Registe-se, a terminar, que P. S., P. P. D. e P. C. indicaram substitutos para os deputados que, por exercerem cargos governamentais, não podem ter assento na Assembleia da República.

PODERÁ REALIZAR-SE EM PORTUGAL A PRÓXIMA SESSÃO DA E. F. T. A.

GENEIRA, 4 — Na reunião do Conselho Ministerial da Associação Europeia de Comércio Livre (E. F. T. A.), foi sugerido que a próxima sessão se efectue em Portugal, nos dias 11 e 12 de Novembro deste ano. Essa sugestão será estudada, parecendo desde já encontrar um ambiente de aceitação, pois o próximo presidente da conferência manifestou simpatia por uma decisão favorável. A ideia partiu da delegação austríaca, que sugeriu também a realização de uma cimeira da E. F. T. A., considerada útil para reforçar a integração europeia e contrariar as tendências de agir separadamente.

Entretanto, sabe-se que o ministro português do Comércio Externo, Jorge Campinos, que regressa hoje a Lisboa, pediu aos seus parceiros da Associação Europeia autorização para aplicar novas taxas de importação sobre uma vas-

ta gama de produtos, a fim de auxiliar a economia em dificuldades do seu país. Além, outros membros da E. F. T. A. apresentaram solicitações idênticas, tendo um informador, quanto ao caso português, seriam separadas da sobretaxa temporária já imposta por Portugal a algumas importações. Se forem aprovados, os direitos especiais de importação vigorarão até 1980, pelo menos, juntamente com outras tarifas.

O comissário fiscal do Conselho Ministerial refere que se procedeu a uma troca de opiniões sobre a actual situação económica dos países da E. F. T. A., constatando-se encorajados de recuperação. Sublinhou-se a necessidade de políticas visando o relançamento económico e insistiu-se numa política activa de emprego e produção, em medidas se-
lectivas destinadas a incrementá-lo. — (Anor, F. P. e R.)

REESTRUTURAÇÃO DE ORGANISMOS DE COORDENAÇÃO ECONÓMICA

Foi publicada na folha oficial a resolução do Conselho de Ministros que cria uma Comissão de Reestruturação dos Organismos de Coordenação Económica, a qual promoverá o estudo da situação actual dos que vêm ainda funcionando e são contemplados da estrutura corporativa desarticulada após o Movimento de 25 de Abril.

O Conselho considera que, não obstante todas as transformações já operadas, verifica-se que a estrutura dos citados organismos continua a revelar-se inadequada à prossecução de uma linha de intervenção, no âmbito do abastecimento de bens alimentares, que permita eliminar vícios anteriores e a construção em bases sólidas de uma política de abastecimento e preços coerente. Além do mais — acrescenta-se na resolução — entende-se que a acção do ministro do Comércio Interno deverá passar pela criação de unidades de inter-

venção adequadas e pelo estabelecimento de uma articulação eficaz entre as diversas unidades, entre estas e o ministério e, finalmente, entre as unidades e as entidades públicas e privadas dos sectores onde se integram. Considera-se ainda que, no seu âmbito, e justificam exclusivamente funções de comercialização no mercado interno.

Estão em causa a Administração Geral do Açúcar e do Alcool, a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, a Federação dos Viticultores do Dão, os Institutos do Azeite e Produtos Oleaginosos e dos Cereais e, ainda as Juntas Nacionais das Frutas, dos Produtos Pecuários e do Vinho. A Comissão propõe as medidas que julgue indispensáveis à respectiva reestruturação, dela fazendo parte representantes de diversos ministérios.

publicidade

DUAS CONCEPÇÕES DO FUTURO DA HUMANIDADE!

EUA
URSS

2001:
odisseia no espaço



obra prima de **STANLEY KUBRICK**
com **KEVIN SPACEY, GARY LOCKWOOD**
e **WALTER MATHEWS**

SESSÕES AS **15.00 21.00** HORAS

SOLARIS



premio especial do júri **FESTIVAL DE CANNES**
com **DONATAS BANIONIS**
e **NATALIA BONDARCHUK**

SESSÃO AS **18.00** HORAS

5.ª SEMANA

CALEIDOGRÁFIO

SINDRATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO GENTPO, SUL E ILHAS ADJACENTES E MOAGENS DO CENTRO E SUL

COMUNICADO

Os Trabalhadores Químicos dos turnos da FIMA, IGLO e LEVER, reunidos em plenário respectivamente no dia 31 de Maio e 1 de Junho de 1976 decidem:

- 1.º — Denunciar através dos órgãos de informação a posição da Administração do grupo de Companhias, que entende não dever cumprir com a Portaria de Regulamentação de Trabalho, publicado no Boletim n.º 46 de Dezembro de 1975;
- 2.º — Dar um prazo de 15 dias à Administração para dar cumprimento à Portaria, sem o qual os trabalhadores, iniciarão as formas de luta que entenderem como mais correctas;
- 3.º — Responsabilizar, desde já, a administração, pelas formas de luta que vierem a ser encetadas pelos trabalhadores.

1 de Junho de 1976.

FIMA / IGLO — Aprovado por unanimidade.
LEVER — Aprovado com 3 abstenções.